

AGRICULTURA BRASILEIRA: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

*Nadine Gualberto Agra¹
Robério Ferreira dos Santos²*

RESUMO – A grande transformação da agricultura brasileira se deu com o processo de modernização, nos anos 60 e 70, caracterizado como excludente e parcial, por ter gerado um modelo dual de produção, situação refletida na atualidade do mundo rural brasileiro e com perspectivas de agravamento diante do processo de globalização. O objetivo deste trabalho foi mostrar a atual situação da agricultura brasileira e as alternativas de desenvolvimento propostas nos anos 90. Dentro do processo de globalização e do aparecimento do “novo rural brasileiro” e da queda de participação da agricultura, verificou-se aumento da pobreza no campo, o que leva à conclusão de que não é toda agricultura que está globalizada, mas apenas sua parcela mais rica. Como proposta de desenvolvimento para regiões não integradas à globalização e fadadas à miséria, destacou-se que se vem difundindo o conceito de desenvolvimento rural sustentável, voltado basicamente para o homem e para a melhoria da qualidade de vida, visando-se à eliminação da pobreza no campo. Entre as inúmeras condições para que os objetivos desta proposta de desenvolvimento sejam alcançados, ressaltou-se a “vontade política”, visto que é atribuído ao Estado, nessa proposta, papel de indutor do desenvolvimento, com uma nova forma de atuação: políticas participativas, descentralizadas e compensatórias que protejam as zonas mais pobres dos efeitos negativos da globalização, levando-se em consideração recentes transformações do mundo rural e da agricultura brasileira.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável, pobreza rural, desigualdades regionais

INTRODUÇÃO

A grande transformação da agricultura brasileira se deu com o processo de modernização, nos anos 60 e 70, caracterizado como excludente e parcial, por ter gerado um modelo dual de produção, situação refletida na atualidade do mundo rural brasileiro e com perspectivas de agravamento diante do processo de globalização. Levanta-se, neste trabalho, a seguinte questão: diante da situação de dualidade herdada do processo de modernização da agricultura, quais as alternativas de desenvolvimento para as zonas rurais desfavorecidas? Objetiva-se mostrar a atual situação da agricultura brasileira e as alternativas de desenvolvimento propostas nos anos 90.

O trabalho foi dividido da seguinte forma: primeiro, parte-se do processo de modernização da agricultura, por conta da grande importância dos seus impactos na formação da realidade agrícola; na segunda parte, mostra-se a situação do mundo rural nos anos 90, marcada pelo processo de globalização da economia; na terceira seção são mostradas as alternativas de desenvolvimento para as zonas rurais desfavorecidas, como alternativa ao modelo convencional adotado; nas considerações finais, são apresentados, sucintamente, os pontos mais relevantes apontados no decorrer do trabalho.

¹ Mestranda de Economia Rural e Regional da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, n.agra@terra.com.br

² Doutor em Economia, pesquisador da EMBRAPA/CNPA e professor do Curso de Mestrado em Economia Rural e Regional da UFPb; roberio@cnpa.embrapa.br

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS.

O crescimento da produção agrícola no Brasil se dava, basicamente, até a década de 50, por conta da expansão da área cultivada. A partir da década de 60, o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos, passou a ter, também, importância no aumento da produção agrícola. De acordo com os parâmetros da “Revolução Verde”, incorporou-se um pacote tecnológico à agricultura, tendo a mudança da base técnica resultante passado a ser conhecida como modernização da agricultura brasileira (Santos, 1986).

O processo de modernização intensificou-se a partir dos anos 70, quando houve, de acordo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, um aumento de mais de 1.000% no número de tratores utilizados, em relação à década de 50, chegando este incremento a 6.512% na década de 80, e um aumento de 254% e 165%, respectivamente, no uso de arados a tração animal e nas colheitadeiras, nos anos 80, também em relação à década de 50. A utilização de adubos químicos também se intensificou no Brasil, na década de 70, atingindo um incremento de 1.380%, entre 1965 e 1980, o mesmo ocorrendo com o uso de defensivos, que aumentou 377% neste mesmo período, com destaque para a utilização de herbicidas, que cresceu mais de 8.000%, segundo informações colhidas no Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos de Estado de São Paulo.

Além da mudança na base técnica no campo surgem, nos anos 70, como produto da modernização agrícola, os complexos agroindustriais representando a integração técnica entre a indústria que produz para a agricultura, a agricultura e a agroindústria.

Entender, portanto, a modernização da agricultura brasileira como uma simples mudança da base técnica é simplificar, em muito, o seu significado. É importante levar em consideração que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, sendo um setor de transferência de riquezas. Assim sendo, dentro do seu processo de modernização deve-se dar significado maior à sua transnacionalização e à sua inserção na divisão internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro (Aguilar, 1986).

O processo de modernização da agricultura brasileira está intimamente ligado à fase conclusiva do processo de substituição de importações – a internalização de indústrias produtoras de bens de capital e de insumos modernos- ou seja, a entrada no país de multinacionais produtoras de tratores, fertilizantes, herbicidas etc. O maior incremento no seu uso coincide justamente com a entrada dessas empresas no país. A partir de então, o desenvolvimento da agricultura não pode mais ser visto como autônomo. A dinâmica industrial passou a comandar, definitivamente, o desenvolvimento da agricultura, convertendo-a num ramo industrial, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais (Martine, 1990).

É por ter sido um processo integrado ao movimento mais amplo do capital, que se deu, à modernização da agricultura, um caráter imediatista, voltado para o aumento da produtividade no curto-prazo, buscando-se minimizar os riscos e maximizar o controle do homem sobre a natureza aumentando, cada vez mais, a capacidade de reproduzir, artificialmente, as condições da natureza. Além disso, o processo de modernização foi orientado para a modernização do latifúndio, para os grandes proprietários, potenciais compradores dos produtos industriais, cuja produção se instalara no Brasil tendo, como base, os complexos agroindustriais, que tinham como função maior o direcionamento da produção para o mercado externo.

Diante do exposto e tendo em vista as leis excludentes do capitalismo, não se pode pensar em um processo homogêneo de modernização da agricultura. O capital, ao ser introduzido no campo, reproduziu suas diferenças, gerando um processo de modernização heterogêneo, excludente e parcial.

A modernização agrícola concentrou-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana-de-açúcar, deixando à margem

regiões mais pobres, Norte e Nordeste, onde predominam os pequenos produtores e a policultura alimentar.

No bojo da desigualdade da modernização da agricultura brasileira encontra-se o Estado, utilizado como principal agente indutor desse processo que, através do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, dos subsídios e das políticas de maxidesvalorização cambial, atuou em benefício dos grandes proprietários e das multinacionais, assumindo seus custos e riscos de produção e repassando-os à sociedade.

Pode-se, então, afirmar que a eficiência econômica dos grandes produtores nada mais é que a expressão do seu poder em obter auxílio do Estado. É muito mais uma eficiência política do que econômica, deixando claro que a modernização só foi possível mediante a intervenção do Estado, sendo um processo totalmente induzido pelas políticas públicas concentradoras (Martine, 1990).

Ao se utilizar o Estado para promover a modernização agrícola desigual, não se usou, em contrapartida, mecanismos que atenuassem os impactos negativos da política gerando, assim, o que Cordeiro (1996) denomina de um modelo agrícola bimodal, isto é, convivência de sistemas produtivos intensivos e extensivos, modernos e tradicionais, de ricos e de pobres.

Para que novas terras, em antigas ou novas regiões produtivas, passassem a ser usadas com utilização de novas tecnologias, foi necessário o desmatamento de áreas de cobertura natural, levando à devastação de florestas e de campos nativos, ao empobrecimento da biodiversidade e da perda de recursos genéticos amplamente encontrados nas florestas.

A adoção dos “pacotes” da Revolução Verde – elaborados para uso em áreas de clima temperado, com solos homogêneos – causou erosão, antropização, salinização, compactação e perda de produtividade de muitos solos brasileiros.

O uso excessivo de agrotóxicos levou à contaminação dos recursos hídricos do país e, principalmente, à contaminação do homem, que aplica os agrotóxicos e que ingere os alimentos contaminados. O uso intensivo e inadequado de agrotóxicos ainda trouxe um processo de resistência de pragas, ervas infestantes e doenças (até 1958, eram conhecidas 193 pragas no Brasil; em 1976, o número total de pragas conhecidas na agricultura era 593).

Apesar de serem grandes as distorções ambientais advindas da modernização da agricultura, inadequada aos padrões brasileiros, o caráter mais doloroso dessa modernização diz respeito aos impactos sociais no campo brasileiro.

O caráter seletivo dos benefícios governamentais concedidos tornou a terra um ativo econômico de grande rentabilidade, visto que esta era a condição primordial de acesso ao crédito - quanto mais terra maior facilidade de crédito e maiores ganhos especulativos; maiores, também, a concentração e a centralização de capitais no campo.

No período de 1970 a 1980, foi reduzida a participação dos estabelecimentos com até 10 ha no total da área do país, de 52,2% para 50,4%, enquanto foi aumentada a dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, de 0,7 para 0,9%. Além da redução de quantidade, ocorreu redução de área dos pequenos estabelecimentos em relação aos grandes. Terras antes ocupadas por pequenos produtores familiares foram incorporadas por grandes proprietários. Esses pequenos produtores e suas famílias perderam o lugar que tinham para morar e para trabalhar, perderam suas lavouras de autoconsumo e, principalmente, foram deslocados do seu principal meio de produção – a terra (Martine, 1990).

Com a mecanização promoveu-se uma verdadeira expulsão do homem do campo. No período de auge do processo, entre 1970 e 1980, foram 30 milhões de pequenos produtores expulsos de suas terras. Sem terra e sem emprego suficiente para todo o contingente que perdia suas terras, vender a força-de-trabalho nas áreas metropolitanas era a única saída, aumentando consideravelmente o êxodo rural (Martine, 1990).

Com a modernização agrícola seguiu-se a modernização das relações de trabalho e o assalariamento parcial e precário, ou seja, o aumento da sazonalidade do trabalho. Segundo

Silva (1996:4) “o trabalhador passa de papel ativo e integral do artesão para o de um trabalhador parcial na manufatura, até atingir a passividade do operário, que apenas vigia a máquina”.

Essas transformações não foram nada mais do que resposta às necessidades do capitalismo, uma vez que o trabalhador parcial permite ao capital maior valorização, pela intensidade do trabalho e pelo prolongamento da jornada de trabalho.

“O trabalhador volante tem o máximo interesse pessoal em executar as tarefas, o mais rápido possível, para receber o valor correspondente, o que permite ao empresário uma elevação da intensidade do trabalho acima do normal. Além do mais, é conveniente e necessário que o trabalhador prolongue a jornada de trabalho, a fim de aumentar o salário, mesmo que, para isto, multiplique seus próprios braços com os da mulher e filhos menores” (González e Bastos, 1975:04, apud Aguiar, 1986:111).

Outro impacto negativo da modernização da agricultura é no que diz respeito à produção de alimentos. À medida que o agricultor capitalista toma espaço no campo, incorporando mais e mais terras nas monoculturas de exportação, são reduzidas as áreas ocupadas com o cultivo de alimentos.

Já na década de 70, período áureo da modernização, as taxas de crescimento das principais culturas que compõem a cesta básica dos brasileiros foram inferiores à do crescimento populacional. O arroz cresceu 1,5%, o milho 1,7%, a mandioca 2,1% e o feijão teve crescimento negativo de -1,9%, enquanto a população cresceu 2,5%; já as lavouras de exportação apresentaram significativas taxas de crescimento: soja 22,5%; laranja 12,6%; cana-de-açúcar 6,3%. Em decorrência, verificou-se aumento do preço dos alimentos nas cidades, redução do consumo alimentar, agravamento dos índices de subnutrição crônica e de doenças causadas pela fome. “*Gasta-se mais para comer menos e pior*” (Aguiar, 1986).

Diante do exposto até aqui, pode-se afirmar que o modelo de modernização da agricultura implantado no Brasil, inadequado à realidade brasileira, sem se considerar as condições ambientais e sociais, alcançou bom desempenho econômico quando são consideradas as perspectivas de lucro; no entanto, modificou e deixou marcas nas relações socioeconômicas do campo brasileiro, marcas essas que serão apresentadas na análise da situação do meio rural brasileiro na década de 90, no item seguinte.

LEGADO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: A SITUAÇÃO NOS ANOS 90

O setor agrícola brasileiro foi marcado, nos anos 90, a exemplo de toda a economia, pelo processo de globalização, tido aqui como mais uma saída do capital frente às diversas crises enfrentadas ao longo da sua história, que consolidou a transnacionalização da agricultura e sua inserção definitiva na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, se nos anos 60 e 70, durante a fase áurea da modernização, ocorreu a formação dos complexos agroindustriais, em tempos de economia globalizada tem-se o fortalecimento e a internacionalização dos complexos, especialmente os de carne e grãos.

Com a internacionalização dos complexos agroindustriais, ocorre a padronização dos seus sistemas produtivos, no sentido de que são múltiplos as fontes de matéria-prima, a origem e o destino dos produtos, mas único o padrão produtivo por todo mundo. É assim que, por exemplo, o Brasil e a China produzem trigo ou soja, da mesma maneira que são produzidos esses produtos em todas as outras partes do mundo.

“Assim, por exemplo, da mesma maneira que se fala no carro mundial, fala-se no frango mundial, no novilho mundial. Se pegarmos, por exemplo, um suíno que é engordado na Holanda, na ração dele tem soja brasileira e trigo canadense, a gaiola é de aço indiano e os medicamentos alemães ou são feitos em outro lugar qualquer” (Silva, 1999:01).

Somado à padronização dos padrões de produção, o padrão de consumo internacional também se vem generalizando, principalmente as comidas rápidas e fora do domicílio, o que tem levado à queda de importância de uma série de produtos antes tradicionais na mesa dos brasileiros.

No atual contexto surgem novos agentes ligados à produção e ao consumo, o “consumidor-saúde” e o “produtor-verde”. O primeiro, aquele que rejeita as tecnologias oriundas na Revolução Verde, como o uso de agrotóxicos e de fertilizantes, optando por uma dieta mais natural e disposto a pagar mais por isso; o segundo, atendendo às exigências do primeiro, produz produtos ecológicos e começa a trabalhar com modelos alternativos de agricultura, fora dos padrões estabelecidos na Revolução Verde.

Outro fato novo é a redistribuição dos excedentes produtivos dos países desenvolvidos, resultando no aumento dos excedentes comercializados no mercado internacional. O interessante a se destacar nesse fato é que tal distribuição se torna uma questão de relações comerciais entre as empresas transnacionais e suas matrizes, sem nenhuma ligação com os custos de produção do produto agrícola (Silva, 1999). É, na realidade, o comércio de produtos entre os departamentos de uma mesma empresa, o que explica o fato do Brasil, país tropical, exportar coco da Suíça, ou seja, a matriz da empresa Nestlé vende coco à sua filial brasileira, exercendo uma concorrência desleal, que leva à desestruturação produtiva do país.

Aparecem, ainda, indícios de uma nova divisão internacional do trabalho, com a reestruturação de plataformas exportadoras de produtos agrícolas nos países periféricos. Segundo Silva (1999) essa nova divisão internacional do trabalho ainda não está clara, mas aponta para que a produção de grãos e alimentos duráveis seja repassada à periferia, ficando os países centrais com o acabamento dos produtos, que agrega mais valor.

Na atual situação, destaca-se ainda o que vem sendo chamado de “novo rural brasileiro”. O mundo rural brasileiro não é mais caracterizado apenas como o local das atividades agrícolas; ao contrário, a agricultura vem perdendo participação relativa no valor final dos produtos, no PIB setorial e, o que é mais alarmante, na População Economicamente Ativa – PEA – do país. Esta situação pode ser demonstrada através da evolução do PEA agrícola e não-agrícola. O PEA rural vem crescendo mais que o PEA agrícola: em 1990, o PEA agrícola apresenta uma taxa de crescimento de 0,7%, tomando como base o ano de 1981, enquanto o PEA rural cresce três vezes mais, 2,1% (Silva, 1996:80).

A menor taxa de crescimento do PEA agrícola em relação ao rural deve-se às novas atividades que vêm sendo desenvolvidas no meio rural, como resultado da entrada do capitalismo no campo, a saber: moradia, sítios de recreio, turismo, lazer, atividades relacionadas à preservação ambiental, atividades intensivas: olericultura, floricultura, piscicultura, atividades provenientes dos complexos agroindustriais: serviços de distribuição, técnicos, administrativos, públicos – a urbanização do espaço rural brasileiro. Ocorre, assim, uma tendência ao encurtamento das atividades “porteira para dentro” e o alargamento do conjunto de atividades “porteira para fora”.

Acompanhando as tendências da economia mundial, a flexibilização das relações de trabalho, característica da chamada sociedade pós-industrial, atinge o mundo rural, refletida com o aumento do número de trabalhadores subocupados, aqueles que trabalham menos de 15 horas por semana, geralmente trabalhadores sem qualificação. Segundo os números apresentados por Silva (1996) eram, em 1990, quatro milhões de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, que trabalhavam menos de 15 horas por semana e, se somadas as pessoas ocupadas com o autoconsumo, atinge-se 23,9 milhões.

Do total de pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, 30% (sete milhões de pessoas) estavam subocupadas ou dedicadas à própria subsistência. Esses subempregados são aqueles trabalhadores que vêm perdendo seus postos na agricultura com a mecanização e, agora, estão sendo afastados das terras, que passam a ser ocupadas por novas atividades. Ficam cada vez

mais sem perspectivas; desqualificados, não são mais absorvidos pelo mercado de trabalho das grandes cidades.

Com a modernização da agricultura, os ricos ficaram mais ricos, mas os pobres não ficaram mais pobres³. Porém, em tempos de globalização, com os interesses voltados apenas para aquilo que é atrativo, no sentido de favorecer o lucro, os ricos continuam ficando mais ricos e os pobres, por sua vez, estão ficando mais pobres.

Tomando-se o indicador de insuficiência de renda, que é a porcentagem da renda total necessária para se atingir a linha de pobreza, definida por Silva (1996) como um salário-mínimo de 1980, tem-se o seguinte exemplo:

“Se tomarmos, por exemplo, o indicador de insuficiência de renda, podemos dizer que os pobres do campo necessitavam de um aumento de 45% na renda que recebiam em 1981 para deixarem de ser considerados pobres; em 1990, esse aumento tinha que ser de 78%” (Silva, 1996:..). Colocar a página!

Utilizando-se o critério da renda total, pode-se observar que os pobres do campo nos anos 90 são, na sua grande maioria, os trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não modernizados, que vivem no meio rural e ocupam, principalmente, a região Nordeste do país. Do total de 11,5% dos pobres – com renda inferior a um salário-mínimo – 21,7% estão ocupados nas atividades agrícolas e apenas 9,3% em atividades não-agrícolas. A proporção de famílias pobres é muito maior quando o local de residência é o meio rural: 24,7% das famílias muito pobres – com renda mensal de até meio salário-mínimo – também é maior nas famílias cujo chefe tem ocupação agrícola e residem na zona rural (Silva, 1996).

Introduzindo-se a questão regional, percebe-se que as diferenciações persistem: do total das famílias com ocupação agrícola no país, 44,3% estão localizadas na região Nordeste, 24,8% no Sudeste, 20,8% no Sul e apenas 8,8% no Centro-Oeste, região de agricultura moderna. O Nordeste também tem a maior parcela da população agrícola que vive na zona rural – 47,1%, com apenas 18,4% delas com domicílio nas zonas urbanas (Silva, 1996).

Assim, tudo leva a crer que no “novo rural brasileiro”, o homem do campo fica cada vez mais sem espaço, marginalizado, excluído do atual quadro que se desenrola nesse início de século. Excluídas também continuam as regiões Norte e Nordeste, bem como as culturas alimentares típicas da mesa dos brasileiros (Silva, 1996).

Não é, então, toda agricultura que está globalizada mas, ao contrário, só uma parte dela está integrada. E qual é essa parte? Justamente aquelas regiões mais ricas, que foram beneficiadas pelos incentivos oferecidos via Estado nas décadas de 60 e 70, que estão voltadas para as monoculturas de exportação, onde se encontram os complexos agroindustriais e as grandes propriedades. Se a modernização concretizou as diferenças estruturais do país, a globalização, ao se deparar com essas diferenças, tende a agravá-las.

NOVAS ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA AS ZONAS RURAIS DESFAVORECIDAS

Chegou-se ao reconhecimento de que o modelo de modernização da agricultura, com a adoção dos parâmetros da Revolução Verde, não atendeu às necessidades básicas da grande massa dos trabalhadores rurais carentes – permanecendo os altos índices de pobreza, enquanto os latifúndios e os complexos agroindustriais eram cada vez mais fortalecidos.

Diante dessa crítica ao modelo convencional de desenvolvimento, muitos estudiosos passaram a ter uma visão pessimista dos resultados que o processo de globalização poderia trazer. Uma questão passou a ser levantada: no mundo globalizado há saída para as áreas

³ Na realidade, o que houve foi uma diminuição no número dos pobres, por conta do êxodo rural

rurais desfavorecidas ou a única tendência é a exclusão social e o aumento da pobreza? Em contrapartida, vem crescendo o grupo de defensores da idéia de que a globalização abre oportunidades – “brechas” – que os pessimistas ainda não estão conseguindo visualizar. Esta idéia é exposta por Moreira (1996:02): “(...) *dado o caráter dialético deste processo, abrem-se com ele novas possibilidades de desenvolvimento, cujo alcance não deve ser descurado*”.

Como resultado das discussões supracitadas, vem-se fortalecendo o conceito de desenvolvimento rural sustentável, cujos fundamentos propõem uma alternativa para as áreas pobres, de agricultura tradicional mudando, desta forma, o enfoque principal do desenvolvimento, que passa a ser o homem – o trabalhador rural marginalizado – e a melhoria da sua qualidade de vida.

Apresentado como tentativa de diminuir a pobreza, um projeto de desenvolvimento rural sustentável representa a esperança de alguns agentes sociais de uma vida melhor para os que vivem no campo, e não possíveis sonhos e fantasias sobre as chances dos países periféricos entrarem no primeiro mundo, ou sobre a possibilidade de generalização dos padrões de vida do núcleo central (Santos, 1999). Nos relatórios da ONU encontra-se a seguinte definição:

“Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1988:49, apud Agra, 1998:35).

É, portanto, um conceito multidimensional, onde as mais variadas dimensões do desenvolvimento devem ser consideradas, sejam elas ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas etc. Baseia-se no tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

O desenvolvimento rural sustentável deve ter, como base, o desenvolvimento local endógeno, isto é, deve levar em consideração as especificidades de cada região, suas necessidades e potencialidades. Qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável deve começar pela caracterização socioeconômica ambiental da região, para que técnicas inadequadas, que venham trazer degradação ou exclusão social, não sejam adotadas.

Sendo assim, o desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima”, com a participação efetiva dos autores sociais, um processo de construção coletiva, onde prevaleçam as necessidades, sem modelos predeterminados ou copiados (Campanhola e Silva, 1999).

Para isto, é importante que a população adquira as condições necessárias para identificar seus problemas e sugerir as soluções adequadas, o que se traduz na necessidade de programas de educação básica, de acordo com a especificidade cultural do meio no qual o indivíduo está inserido. “*A escola urbana não pode servir de modelo para a escola rural, pois esta deve fazer parte de um projeto mais amplo para o campo*” (Campanhola e Silva, 1999:19).

O desenvolvimento local sustentável requer parcerias entre as mais variadas entidades da sociedade civil: secretarias municipais de planejamento e agricultura, órgãos de pesquisa e assistência técnica, escolas públicas e privadas, universidades, igrejas, cooperativas, associações comunitárias, imprensa, entre tantas outras, todas unidas em prol de um objetivo comum, deixando à parte os interesses de classe. Diante desta proposta, ao Estado cabe papel de grande importância, tornando-se cada vez mais necessário uma forte intervenção com o objetivo de proteger as áreas rurais não integradas dos efeitos negativos do processo da globalização e da tendência ao agravamento da situação dual do campo brasileiro e da pobreza no campo.

Uma política de desenvolvimento rural sustentável no Brasil deve ter, como maior desafio, a eliminação da pobreza rural, incorporando políticas que levem em consideração a

urbanização, as atividades não-agrícolas que se vem desenvolvendo no campo e, de maneira geral, as necessidades mais urgentes da população do campo.

Deve-se estar consciente, contudo, de que não se alcança desenvolvimento rural sustentável apenas com políticas de combate à pobreza. É necessário um conjunto de políticas estruturais e assistenciais compensatórias, que ataquem principalmente os grandes problemas de desigualdades regionais e de renda. A espinha dorsal do conservadorismo, a estrutura agrária, deve ser atacada com a realização de um amplo programa de reforma agrária, somado a um programa de crédito fundiário e assistência técnica (Santos, 1999).

Apenas o acréscimo de um programa de reforma agrária entre os acima mencionados, no entanto, não basta. Com a existência do novo rural brasileiro, esses programas devem vir acompanhados de propostas de urbanização para o mundo rural interiorano, no sentido de dotar as pequenas cidades do interior, onde se vem instalando os migrantes das zonas rurais, de infra-estrutura adequada: luz elétrica, água potável, saneamento básico, habitação, ensino, saúde, creches, redes de comunicação etc, com o objetivo de oferecer condições necessárias para a realização das novas atividades, gerar ocupação e renda e oferecer melhor qualidade de vida à população.

Finalmente, a grande condição que pode ser apresentada para a implementação do desenvolvimento rural sustentável é “vontade política” e interesse das classes governamentais em eliminar a pobreza, mudando a atenção de suas políticas e se voltando para o social, para o regional, para os problemas que assolam a população do campo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da agricultura brasileira, além da modificação da base técnica, significa a transnacionalização da agricultura e sua inserção no jogo da divisão internacional do trabalho voltando-se, assim, para a formação dos complexos agroindustriais e para a modernização dos latifúndios. Colocando-se o Estado como principal agente indutor, tal processo caracterizou-se como heterogêneo, excludente e parcial, por se concentrar nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste e nas monoculturas voltadas principalmente para a exportação, deixando à margem as regiões Norte e Nordeste, onde predomina a policultura alimentar. Gerou-se, assim, um modelo de agricultura bimodal, com áreas de agricultura moderna convivendo com áreas de agricultura tradicional, gerando-se impactos socioeconômicos e ambientais, com destaque para o aumento da concentração da pobreza no campo e a expulsão do homem da terra, que desencadearam os efeitos mais perversos apresentados na atualidade.

Dentro do processo de globalização e do aparecimento do “novo rural brasileiro” e da queda de participação da agricultura, verifica-se aumento da pobreza no campo, o que leva à conclusão de que não é toda agricultura que está globalizada, mas apenas sua parcela mais rica.

Assim, como proposta de desenvolvimento para regiões não integradas à globalização e fadadas à miséria, vem-se difundindo o conceito de desenvolvimento rural sustentável, voltado basicamente para o homem e para a melhoria da qualidade de vida, visando-se à eliminação da pobreza no campo. Entre as inúmeras condições para que os objetivos dessa proposta sejam alcançados, destaca-se a “vontade política”, visto que é atribuído ao Estado, nessa proposta, papel de indutor do desenvolvimento, com uma nova forma de atuação: políticas participativas, descentralizadas e compensatórias, que protejam as zonas mais pobres dos efeitos negativos da globalização, levando-se em consideração recentes transformações do mundo rural e da agricultura brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA, Nadine Gualberto. **Novos Paradigmas para o desenvolvimento regional do Nordeste nos Anos 90**. Campina Grande:UFPB, 1998, 41p. (trabalho de fim de curso).
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986, 160p.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais** (CD Room), 27p.
- CORDEIRO, Ângela et al. **A insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1996, p.1-13(mimeo).
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996, 179p.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.3, p.3-44, jun. 1990.
- MOREIRA, Manuel Belo. Globalização, agricultura e espaço rural: dinâmica do capital e as zonas desfavorecidas. In: workshop teórico da economia política da agricultura, 1996, Campinas. **Anais**, p.2-50.
- SANTOS, M.J. dos. Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais** (CD Room), 10p.
- SANTOS, Robério Ferreira dos. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira. In: SANTOS, R.F. dos. **Presença de viéses de mudança técnica da agricultura brasileira**. São Paulo: USP/IPE, p.39-78, 1986.
- SILVA, José Graziano da. Urbanização e Pobreza no Campo. In: RAMOS, Pedro e REYDON, Bastian P. (orgs.). **Agropecuária e Agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, p.127-50, 1995.
- SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996, 220p.
- SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro (versão preliminar). In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 34, 1996, Aracaju. **Anais**, p. 71-90.
- SILVA, José Graziano da. A Globalização da Agricultura. Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html
- SZMRECSÁNYI, Tomás. **Pequena História da Agricultura no Brasil: do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho para onde vai a agroindústria?** São Paulo: Contexto, 1990.
- WAQUIL, P.D. Produção Agrícola Familiar no Brasil no contexto de Integração Regional. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais** (CD Room), 10p.